



Lei Municipal Nº 1.526/2025, DE 02 DE OUTUBRO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E  
BEM-ESTAR ANIMAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE  
RIACHO DAS ALMAS/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS  
ALMAS**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela  
Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado de Pernambuco  
e pela Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO que o Município de Riacho das Almas, em consonância com  
a sua competência constitucional, estabelecida no art. 30, I e II, da Constituição Federal,  
deve legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual  
no que couber;

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição da República estabelece que  
todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder  
Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras  
gerações, bem como vedando a prática de crueldade contra os animais;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)  
tipifica os maus-tratos aos animais como crime e prevê sanções administrativas, civis e penais  
para quem praticar tais condutas;

CONSIDERANDO que os animais são reconhecidos pela doutrina, pela  
jurisprudência e por legislações estaduais, como seres sencientes, dotados de valor próprio  
e dignidade, merecendo tutela jurídica especial e políticas públicas que assegurem seu  
bem-estar;

CONSIDERANDO que a necessidade de implementação, no âmbito municipal,  
de políticas públicas estruturadas que contemplem a saúde, o acolhimento, a guarda  
responsável, o controle populacional, o combate ao abandono e aos maus-tratos, bem  
como campanhas educativas sobre a importância da proteção animal;

CONSIDERANDO que o atendimento público e gratuito de animais em situação  
de vulnerabilidade no interior do Estado de Pernambuco ainda é limitado, sendo  
indispensável a criação de um programa municipal específico, permanente e integrado,  
voltado à proteção e bem-estar animal;



CONSIDERANDO que a instituição do Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal constitui instrumento essencial para assegurar a proteção dos animais, promover o convívio harmonioso entre humanos e não humanos, fomentar a educação ambiental e fortalecer a cidadania ecológica;

CONSIDERANDO, por fim, que a presente proposta encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da função socioambiental e do respeito à vida em todas as suas formas,

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Município de Riacho das Almas, a instituir o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, com o objetivo de promover ações voltadas à defesa, saúde, acolhimento, guarda responsável e respeito aos direitos fundamentais dos animais neste Município.

**Art. 2º** São diretrizes do Programa:

- I- o reconhecimento dos animais como seres sencientes, dotados de valor próprio e dignidade;
- II- a promoção da guarda responsável, prevenindo o abandono e maus-tratos;
- III- a realização de campanhas educativas e de conscientização sobre bem-estar animal;
- IV- a garantia de atendimento veterinário básico, vacinação e esterilização;
- V- a criação de políticas públicas de incentivo à adoção e ao acolhimento de animais de rua;
- VI – a proteção da fauna silvestre e combate ao tráfico e comércio ilegal;
- VII- a celebração de parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil para execução das ações previstas.

**Art. 3º** O atendimento aos animais de rua ou em situação de risco será realizado por meio de:

- I- recolhimento com manejo adequado e respeitoso;



- II- campanhas permanentes de castração, vacinação e identificação;
- III- disponibilização para adoção responsável, após avaliação veterinária.

**Art. 4º** Constituem objetivos específicos do Programa:

- I- combater todas as formas de crueldade, abuso ou maus-tratos contra animais;
- II- garantir espaços adequados para acolhimento temporário de animais resgatados;
- III- viabilizar campanhas periódicas de educação ambiental e respeito aos animais;
- IV criar mecanismos de denúncia e fiscalização de maus-tratos, em articulação com a sociedade civil.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá celebrar convênios e parcerias com universidades, clínicas veterinárias, ONGs, órgãos estaduais e federais, visando à ampliação e execução das ações previstas nesta Lei.

**Art. 6º** O descumprimento das diretrizes previstas nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades estabelecidas na legislação federal e estadual pertinentes, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis no âmbito municipal.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo normas complementares para seu funcionamento.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Riacho das Almas/PE, 02 de outubro de 2025.

**DIOCLÉCIO ROSENDO DE LIMA FILHO**

PREFEITO